

A Formação dos profissionais da informação em Portugal: percurso evolutivo e perspectivas actuais

FERNANDA RIBEIRO HIERRO
Universidade do Porto, Portugal

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A escassíssima resposta ao inquérito lançado pelo Projecto Identificación de Potencialidades de Investigación y Docência Iberoamericanas en Ciencias Bibliotecológicas y de la Información para el Diseño de un Índice de Desarrollo, da responsabilidade do Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas da Universidad Nacional Autónoma de México e da Universidad Carlos III de Madrid, não permite, infelizmente, a elaboração de um diagnóstico nacional minimamente caracterizador da situação portuguesa. Muito menos permite uma análise quantitativa, pois os dados recolhidos são muitíssimo reduzidos. Assim, na impossibilidade de realizar o referido diagnóstico, optámos por apresentar um estudo de carácter mais qualitativo, baseado em investigação produzida e publicada por vários colegas portugueses nos últimos anos, fazendo uma síntese dos aspectos considerados mais importantes para a caracterização da realidade portuguesa no que respeita à formação dos profissionais da informação e, na medida do possível, no que se refere à investigação na área da Ciência da Informação, temática sobre a qual há muito pouca informação fiável.

1. PERCURSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO NA ÁREA DOS ARQUIVOS, DAS BIBLIOTECAS E DA DOCUMENTAÇÃO

Portugal é um dos países do mundo em que a formação dos profissionais da informação começou mais cedo e no contexto do ensino superior. O Decreto de 29 de Dezembro de 1887 criou o *Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista*, que era, por uma parte, ministrado no âmbito do Curso Superior de Letras e, por outra, no seio de instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Procurava-se, portanto, articular uma formação mais erudita com um saber prático, que se aprendia no próprio contexto de trabalho, em serviços dedicados a guardar a memória da Nação.

A formação em Portugal não só começou cedo, mas também se revestiu de características muito próprias, dado que o modelo formativo incluía os bibliotecários e os arquivistas no mesmo curso, numa perspectiva integrada. Esta é, de facto, uma particularidade da formação portuguesa, pois na maioria dos outros países, na mesma época, a formação dos arquivistas estava muito ligada aos cursos de História e a dos bibliotecários às associações profissionais, não havendo formação conjunta.

Após a instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, os interesses culturais e a ênfase na instrução pública tornaram-se bandeiras do novo regime, o que teve, inevitavelmente, consequências para as bibliotecas e para os arquivos e reflexos nas políticas do sector. Assim, quando a Universidade de Lisboa foi criada, em 1911, o Curso Superior de Letras foi integrado na nova Faculdade de Letras e, por essa via, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista foi também transferido para a universidade. Temos, portanto, em Portugal, formação universitária desde 1911, facto que também é bastante pioneiro em comparação com outros países da Europa e da América. Contudo, apesar da integração na universidade, as matérias de carácter mais técnico continuaram a ser leccionadas na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo a integração plena ocorrido apenas em 1918.

O Curso admitia estudantes com os estudos secundários completos e tinha a duração de três anos. Fornecia uma formação profissional

especializada, embora não conferisse um grau académico do tipo da moderna licenciatura.

Como o *curriculum* concentrava um conjunto significativo de temáticas de cultura geral e erudita, a procura começou a diminuir e o número de diplomados a decrescer. Este facto levou a que, em 1931, um novo diploma legislativo viesse mudar a estrutura curricular e o próprio perfil do curso¹. A tutela da formação foi transferida para a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, organismo do Estado que superintendia no sector bibliotecário e arquivístico e definia as políticas públicas para essa área, retirando-o, portanto, da esfera universitária.

Neste novo enquadramento legal o Curso de Bibliotecário-Arquivista passou a ser considerado um curso “exclusivamente profissional”, mais orientado para fornecer aos alunos uma preparação técnica, que era condição necessária para o exercício de funções nas bibliotecas e arquivos públicos. Passou a ter a duração de apenas dois anos e a incluir um elenco de disciplinas muito mais reduzido, que se resumia às seguintes: Bibliologia (um semestre), Biblioteconomia (um semestre), Arquivologia e Arquivo-economia (um semestre), Paleografia (um ano), Diplomática e Esfragística (um ano), Numismática e Medalhística (um semestre) e Iconografia e Iluminura (um semestre)².

As disciplinas de Bibliologia, Biblioteconomia, Numismática e Iconografia continuavam a ser ensinadas na Biblioteca Nacional e as restantes eram ministradas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Uma outra alteração significativa teve a ver com as condições de acesso ao curso, que passava, agora, a ter estatuto de curso de pós-graduação, sendo necessária a apresentação da carta ou certidão de bacharel ou licenciado pelas Faculdades de Letras para se poder efectuar a matrícula no mesmo. A partir desta altura, a formação profissional em Portugal passa a ser de nível pós-graduado.

Apesar da perspectiva pragmática ter prevalecido sobre a visão académica na reforma de 1931, a verdade é que alguns anos depois, a força da academia fez-se de novo sentir, desta vez por pressão da Univer-

1 Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931, que, além de reformar o curso de bibliotecário-arquivista, reorganizou o sector das bibliotecas e arquivos do Estado.
2 Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931, art. 160.º

sidade de Coimbra. Assim, em 1935, uma nova reforma estabeleceu o Curso de Bibliotecário-Arquivista nessa universidade, com o objectivo primordial de formar profissionais destinados a desempenhar funções nos serviços do Estado³. Manteve-se como curso de pós-graduação, com a duração de dois anos, aos quais se seguia um estágio prático de seis meses. O *currículum* mantinha-se dentro dos moldes anteriores, bastante centrado em matérias de carácter erudito, combinadas com outras mais técnicas, em perfeita sintonia com o paradigma dominante (historicista, custodial e tecnicista), que considerava a Arquivística como uma disciplina auxiliar da História e a Biblioteconomia uma área mais técnica, mas ainda assim marcada por acentuada erudição. As disciplinas que compunham o plano curricular ilustram bem a perspectiva que acabámos de referir. Eram as seguintes: Paleografia, Diplomática, Numismática, Esfragística, Bibliografia e Biblioteconomia, Arquivologia e Arquivoeconomia.

Este modelo formativo manteve-se inalterado durante cerca de cinquenta anos e a Universidade de Coimbra era a única instituição académica que conferia formação profissional para quem queria trabalhar em bibliotecas ou arquivos. Apenas se regista uma excepção, durante um curto período de tempo (1969-1974), em que na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes funcionou um Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, aprovado pelo Ministério da Educação Nacional. Este curso alternativo foi estabelecido fora da esfera universitária e a sua criação foi justificada pelo facto de haver falta de arquivistas, de bibliotecários e, também, de documentalistas (nesta época a profissão de documentalista já era considerada). Razões de ordem pragmática e economicista levaram, portanto, a que se instituisse, de novo, uma formação “em serviço”, baseada na experiência e com forte componente técnica, em consonância, aliás, com as tendências internacionais da época.

Apesar das diferenças e do atraso que se sentiam em Portugal, relativamente à Europa e aos Estados Unidos da América, a verdade é que houve um esforço, liderado pelos profissionais, para acom-

3 Decreto n.º 26.026, de 7 de Novembro de 1935.

panhar os desenvolvimentos internacionais ao nível da formação. Se, de um lado, se mantinha uma perspectiva mais patrimonialista e de pendor cultural, em sintonia com os países do centro e sul da Europa, veiculada pelo curso da Universidade de Coimbra, do outro, surgia uma tendência mais tecnicista e mais voltada para o uso da tecnologia, influenciada pelo modelo americano, onde a emergência da *Information Science* já se fazia sentir. Esta perspectiva conduziu à criação do Estágio de Preparação Técnica, antes referido, e contribuiu para a reforma do velho Curso de Bibliotecário-Arquivista e sua substituição por um novo modelo formativo, instituído em 1982, com o nome de Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD).

2. O MODELO FORMATIVO DOMINANTE: O CECD

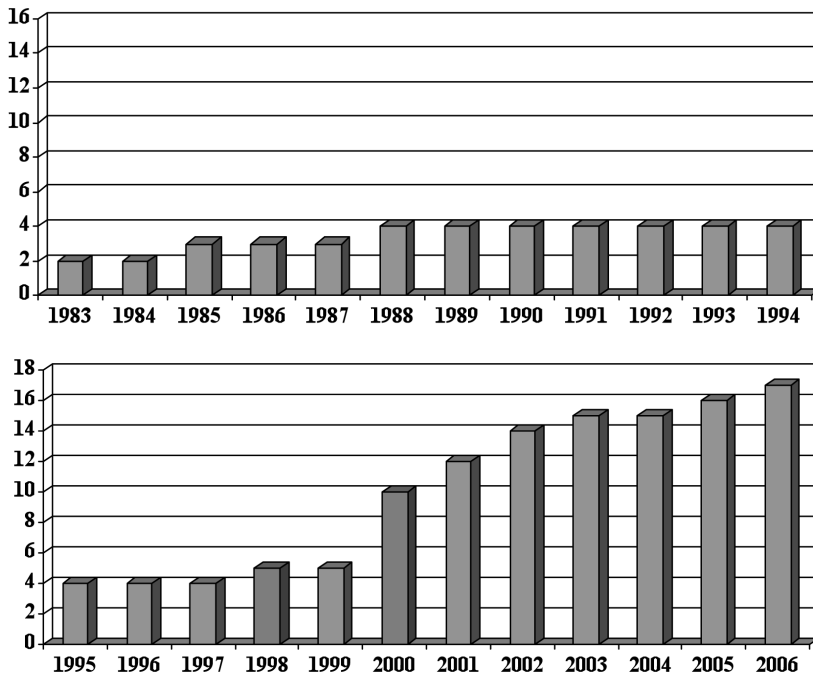
O modelo de formação, ainda hoje, dominante em Portugal tem a sua origem no CECD, instituído na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo Decreto n.º 87/82, de 13 de Junho de 1982 e, logo a seguir, replicado nas faculdades de Letras das universidades de Lisboa e do Porto. Este curso surgiu por efeito de um movimento liderado por profissionais, que considerava o velho Curso de Bibliotecário-Arquivista obsoleto e desadequado das necessidades do mercado laboral. Com diferenças substanciais no seu *curriculum*, relativamente ao modelo anterior, o novo curso mantinha a duração de dois anos e situava-se no nível de formação pós-graduada. Introduziu, contudo, uma mudança significativa ao separar a formação dos arquivistas da dos bibliotecários e documentalistas, através da introdução de duas “opções” distintas no segundo ano do curso. Assim, o modelo de formação integrada que vigorava em Portugal há quase um século (desde 1887) foi substituído por uma formação, supostamente mais especializada e diferenciadora das áreas profissionais, embora não se conheça qualquer trabalho ou estudo de carácter epistemológico, fundamentador desta decisão. Foi, essencialmente, o pragmatismo da profissão que impôs à academia as alterações curriculares, uma vez que a lei obrigava à posse do curso para o desempenho das funções de bibliotecário, arquivista ou documentalista na administração pública.

Embora designado por “curso de especialização”, uma vez que era leccionado em nível de pós-graduação, o CECD não passava, na prática, de formação básica, pois não existia formação de nível pré-graduado (bacharelato ou licenciatura) nesta área do saber, nem era exigida qualquer experiência prática como condição de acesso ao curso.

O CECD, instituído entre 1983 e 1985 nas três faculdades de Letras do sistema universitário público, começou a “propagar-se” para outras universidades, sobretudo privadas, tendo sido a Universidade Autónoma de Lisboa, em 1988, a primeira a obter autorização para o leccionar.

Até 1998, a formação esteve a cargo de quatro instituições académicas (três públicas e uma privada), mas depois dessa data o aumento do número de cursos foi muito grande, quer no ensino universitário, quer no ensino politécnico, em escolas públicas e em escolas privadas

A evolução dos Cursos de pós-graduação em Ciências Documentais entre 1983 e 2006



(ver gráfico). Tendo a maioria a designação de CECD, há, contudo, um pequeno grupo que introduziu alterações no nome, passando a haver, por exemplo, as designações de 'Curso de Ciências da Informação e da Documentação' ou de 'Curso de Gestão de Sistemas Documentais'⁴. Mas, apesar desta nova nomenclatura, o paradigma do CECD mantém-se inalterado e bastante fiel ao modelo original, instituído, por decreto, em 1982.

Actualmente existem dezassete cursos de pós-graduação (não conferentes de grau académico), dos quais nove são leccionados em instituições públicas e oito em privadas. Embora não haja dados disponíveis, absolutamente rigorosos, sobre o número de pós-graduados que saem, anualmente, para o mercado de trabalho, estima-se, com base no número de admissões nos cursos (em média trinta), que esse número andarà à volta dos 500 formados/ano, o que, em face do perfil que estes cursos têm, muito direccionado para os serviços públicos (bibliotecas públicas e universitárias e arquivos históricos), é manifestamente exagerado para um país como Portugal.

O modelo formativo do CECD começou a ser alvo de críticas logo aquando da sua criação, não apenas porque o *currículum* já apresentava lacunas e desactualizações (passaram cerca de sete anos desde que o curso foi concebido até que foi aprovado), mas também porque já se começava a considerar a necessidade de implementar uma formação continuada, desde o ensino secundário até ao nível de doutoramento, abarcando todos os graus académicos. Esta perspectiva implicava, naturalmente, um investimento por parte das universidades em pessoal docente de carreira académica e uma aposta no desenvolvimento da investigação⁵.

4 Para uma mais aprofundada informação sobre estes cursos, ver: Pinto, Maria Manuela Gomes de Azevedo - A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal*. Ed. José António Frías, Crispulo Travieso. Salamanca : Universidad, 2008. ISBN 84-7481-654-9. p. 91-142.

5 Ver, por exemplo: Maria Teresa Pinto; Pericão, Maria do Rosário Mendes - A Formação superior em Ciências Documentais: perspectivas de mudança em Portugal.

Essas críticas permanecem hoje ainda muito pertinentes, uma vez que o aumento do número de cursos de formação especializada não foi acompanhado do indispensável desenvolvimento da investigação académica na área da Ciência da Informação, pois as universidades, na sua maioria, não investiram na contratação de docentes em *full-time*, dedicados às actividades pedagógicas e à investigação científica, como seria desejável. Os cursos de pós-graduação têm-se mantido em funcionamento com o recurso a profissionais, que leccionam em *part-time*, mas sem terem qualquer vínculo académico; a sua manutenção deve-se ao facto de serem os únicos reconhecidos, à face da lei, como habilitação indispensável ao ingresso nos quadros da administração pública.

Porém, este modelo formativo evidencia nítidos sinais de crise, que se manifestam, entre outras coisas, pelo aparecimento de novas propostas de formação, as quais, aos poucos, vão sendo progressivamente reconhecidas pelo mercado de trabalho.

3. NOVOS MODELOS FORMATIVOS

3.1. Formação de nível pré-graduado

Em 2001, surgiu o primeiro curso de licenciatura, na Universidade do Porto, com a designação de ‘Ciência da Informação’, afirmando —se como uma alternativa de formação ao modelo tradicional e dominante — o CECD. Este novo curso propunha um plano curricular completamente inovador, tendo já em conta as competências estabelecidas no *Euro-Referential I-D* do European Council of Information Associations. O facto de se apresentar com uma nova designação era justificado por veicular uma perspectiva mais abrangente e integrada, que congregava tradicionais disciplinas como a Arquivística, a Biblio-

In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1º, Porto, 1985 - *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985.vol. 2, p. 345-362; Maria Luísa Cabral - Questionar a formação que temos. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1º, Porto, 1985 - *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985. vol. 1, p. 377-381.

teconomia e a Documentação, aliadas aos Sistemas Tecnológicos de Informação⁶, o que foi alvo de uma larga discussão de carácter epistemológico e teórico levada a cabo por vários docentes de diversas universidades. Este processo prévio à criação do curso deu origem à publicação de um ensaio, onde se fundamentavam as opções científicas subjacentes à nova licenciatura.⁷

A Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto é leccionada conjuntamente pela Faculdade de Letras e pela Faculdade de Engenharia, duas escolas que tinham uma vasta experiência anterior de docência e investigação na área. A Faculdade de Letras leccionava, desde 1985, o CECD e a Faculdade de Engenharia ministrava, desde 1997, um Mestrado em Gestão da Informação; além disso, tinham um corpo docente de carreira académica, dedicado não apenas à leccionação, mas também às actividades de pesquisa.⁸

6 Sobre este curso, ver: Armando Malheiro da Silva; Fernanda Ribeiro - A Mudança de paradigma na formação BAD : um modelo formativo para a Ciência da Informação. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 7º, Porto, 2001 - *Informação : o desafio do futuro : actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa : BAD, 2001; Fernanda Ribeiro, - Um Modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto. *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2006) 16-27; Fernanda Ribeiro - An Integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums: a new paradigm, a new training model. *Journal of Education for Library and Information Science*. Chicago. ISSN 0748-5786. 48:2 (Spring 2007) 116-124.

7 Armando Malheiro da Silva; Fernanda Ribeiro - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento. 2002. 174 p. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4.

8 Sobre a experiência da Universidade do Porto, ver: Gabriel David; Ana Azevedo; Fernanda Ribeiro - Dez anos de um curso em Gestão de Informação na U. Porto: lições aprendidas e caminho futuro. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal*. Ed. José António Frías, Crispulo Travieso. Salamanca: Universidad, 2008. ISBN 84-7481-654-9. p. 225- 241 (Republicado, com algumas alterações, em: *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa; Porto. ISSN 0873-5670. Série 2. 1 (2008) 85-102).

Inspirado numa nova perspectiva, o modelo formativo da Universidade do Porto procura congrega na área nuclear do *currículum* — a Ciência da Informação — um conjunto de matérias, que asseguram a consistência epistemológica e teórica, e uma série de componentes aplicadas, que promovem alguma especialização. A teoria e a metodologia da investigação, a análise de sistemas, os procedimentos técnicos de organização e representação da informação, as técnicas de armazenamento e recuperação, assim como o comportamento informacional e a preservação da informação constituem o *core* do plano de estudos. Estas matérias são complementadas por um conjunto de outras mais específicas, relacionadas com os diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas electrónicos) e por mais um grupo de saberes interdisciplinares das áreas das Ciências Sociais e Humanas, Informática, Gestão, Direito, etc.

No ano de 2001, uma outra escola do ensino politécnico criou, igualmente, uma Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação e, desde então, os cursos de nível pós-graduado começaram a surgir em diversas escolas, sobretudo após a reforma do ensino superior provocada pelo Processo de Bolonha.⁹ Actualmente são já doze os cursos aprovados, embora nem todos estejam em funcionamento.¹⁰ De um modo geral, adoptam designações em que os termos “Ciências da Documentação” ou “Ciência da Informação” são predominantes.

3.2. Formação de nível pós-graduado

No início dos anos noventa, o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, em parceria com a Universidade de Sheffield (UK), iniciaram, em Portugal, o primeiro curso de mestrado, com a designação de Mestrado em Gestão da Informação. Apesar de ser leccionado em Lisboa, o título académico era conferido pela Universidade de Sheffield.

9 Sobre o assunto, ver: *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2006).

10 Ver informação mais pormenorizada em: Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto - Ob cit.

A Formação dos profissionais da informação...

Esta primeira experiência de formação pós-graduada, que teve uma curta duração, foi alguns anos depois seguida em outras instituições, tendo sido a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a primeira a criar um Mestrado com titulação atribuída em Portugal —o Mestrado em Gestão da Informação, iniciado em 1997¹¹. A este se seguiram muitos outros, havendo actualmente quinze cursos de mestrado aprovados nas universidades portuguesas, sejam elas públicas ou privadas. As designações dos cursos são diversas, mas a maioria já não apresenta um perfil tradicional como acontece com os CECD ainda em funcionamento.

Mestrado em Ciência da Informação (2 cursos)
Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (1 curso)
Mestrado em Ciências Documentais (2 cursos)
Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação (4 cursos)
Mestrado em Educação e Bibliotecas (1 curso)
Mestrado em Educação e Leitura (1 curso)
Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais (1 curso)
Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Informação em Contexto Digital (1 curso)
Mestrado em Gestão da Informação (1 curso)
Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares (1 curso)

A formação ao nível do mestrado, embora conferindo um grau académico (actualmente correspondendo ao 2.º ciclo de Bolonha), não é ainda reconhecida, do ponto de vista legal, como habilitação necessária ao ingresso em lugares da administração pública, pois os diplomados com o CECD continuam a ter a prevalência à luz da legislação em vigor. Nas instituições privadas, a procura de profissionais da informação habilitados com o grau de mestre também não é, ainda, vista

11 Sobre este curso, ver: Gabriel David; Ana Azevedo; Fernanda Ribeiro – Ob. cit.

O Mestrado em Gestão de Informação da Faculdade de Engenharia do Universidade do Porto foi alvo de uma reformulação, em conformidade com o Processo de Bolonha, em 2007. Passou a designar-se Mestrado em Ciência da Informação e a ser leccionado conjuntamente pela Faculdade de Engenharia e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, constituindo, assim, o espaço para a natural progressão de estudos dos licenciados em Ciência da Informação.

como uma necessidade. Mas, apesar destes constrangimentos, o incremento dos mestrados, que se tem feito sentir nos últimos anos, é um factor importante, que contribui para o desenvolvimento da investigação e da produção de conhecimento científico na área da Ciência da Informação e dos estudos da Informação em geral.

A partir de 1989, no ensino superior em Portugal, passou a haver possibilidade de obter o grau de doutor nesta área do saber. A Universidade do Porto foi pioneira na criação do doutoramento, tendo este surgido na Faculdade de Letras, com a designação de 'Doutoramento em Ciências Documentais'.¹² Alguns anos mais tarde (1996) a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra criou também os estudos doutorais na mesma área e, muito recentemente, também a Universidade de Évora criou um programa doutoral. Para além destas três universidades públicas, mais três universidades privadas têm a funcionar estudos de doutoramento, mas em convénio com universidades espanholas, sendas estas a conferir o respectivo grau académico.

Estes programas doutorais funcionam no sistema tradicional, em que o estudante de doutoramento apenas tem um vínculo à universidade através do orientador da tese, não tendo, portanto, que frequentar quaisquer disciplinas, uma vez que o doutoramento não tem componente curricular. Porém, por efeito do Processo de Bolonha, este modelo só pode funcionar nas universidades portuguesas até Outubro de 2009, passando, a partir desta data, a ser possível apenas o funcionamento de cursos de doutoramento, correspondentes ao 3.º ciclo de Bolonha. Seguindo este imperativo legal, a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro, em parceria, criaram, no corrente ano (2008), um programa doutoral já conforme à legislação de Bolonha —Curso de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais—, que, embora se configure como um programa abrangente, inclui a área científica de Ciência da Informação.

Até agora, a produção de teses de doutoramento em Portugal tem sido muito reduzida; apenas foram concluídas duas na Universidade do Porto e uma na Universidade de Coimbra. Contudo, encontram-se em curso (algumas em fase de conclusão) diversas outras, contabili-

12 Em 2006, a designação passou a ser 'Doutoramento em Ciência da Informação'.

zando-se dezassete na Universidade do Porto e cinco na Universidade de Coimbra.

A reduzida oferta de programas doutorais em Portugal deve-se ao facto de a maioria das universidades, até ao momento, não ter investido na admissão de pessoal docente a tempo integral, como referimos atrás. Apesar de existirem, no país, algumas pessoas que, nos últimos anos, obtiveram o grau de doutor em universidades estrangeiras (sobretudo no Reino Unido e em Espanha), a verdade é que essas pessoas não estão integradas na carreira universitária e, por isso, o seu contributo para o desenvolvimento da investigação é nulo ou muito pouco expressivo. Este facto explica, também, por que razão, a produção de literatura científica na área da Ciência da Informação é tão escassa em Portugal e a que existe, é proveniente, sobretudo, das universidades que mais investimento fizeram na contratação de docentes em regime de dedicação exclusiva¹³.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Actualmente, as universidades portuguesas estão em pleno processo de mudança, implementando os novos cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, adequados ao Processo de Bolonha. Esta reorganização dos *curricula* obrigou a repensar as formações oferecidas e a reformular muitos dos cursos antes existentes. Na área da Documentação / Informação a principal alteração fez-se notar pela criação de diversos cursos de 1.º ciclo (licenciatura), pela transformação de alguns CECD em cursos de mestrado e pela criação de mais cursos de pós-graduação, quer de 2.º ciclo (mestrado), quer de 3.º ciclo (doutoramento).

13 Sobre a situação da investigação em Portugal, o trabalho apresentado por José António Calixto, em Maio de 2008, ao III Encontro Ibérico de Docentes e Investigadores em Informação e Documentação, que teve lugar na Universidade de Salamanca, ilustra bem as limitações e os constrangimentos que se fazem sentir em Portugal - ver: José António Calixto -A Investigação em Portugal na área da Documentação / Informação. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal*. Ed. José António Frías, Críspulo Travieso. Salamanca: Universidad, 2008. ISBN 84-7481-654-9. p. 619-636.

Estas mudanças tendem, naturalmente, a reforçar a integração académica da formação nesta área, o que implica um reconhecimento científico mais amplo dos estudos sobre a Informação. Neste sentido, espera-se, naturalmente, que a distinção entre ‘ciência’ e ‘profissão’ se torne mais clara e que as expectativas desta última ajudem a reforçar a fundamentação científica que a deve sustentar, pois as universidades não podem prosseguir na sua missão social se não estiverem atentas às demandas do mercado e da sociedade, procurando ajustar a sua oferta formativa a essas mesmas demandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Cabral, Maria Luísa - Questionar a formação que temos. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1.º, Porto, 1985 - *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985. vol. 1, pp. 377-381.

Cadernos BAD. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2006).

Calixto, José António - A Investigação em Portugal na área da Documentação / Informação. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal*. Ed. José António Frías, Crispulo Travieso. Salamanca : Universidad, 2008. ISBN 84-7481-654-9. pp. 619-636.

David, Gabriel; Azevedo, Ana; Ribeiro, Fernanda -Dez anos de um curso em Gestão de Informação na U. Porto: lições aprendidas e caminho futuro. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal*. Ed. José António Frías, Crispulo

- Travieso. Salamanca : Universidad, 2008. ISBN 84-7481-654-9. pp. 225- 241.
Republicado, com algumas alterações, em: *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. Lisboa; Porto. ISSN 0873-5670. Série 2. 1 (2008) 85-102.
- Mendes, Maria Teresa Pinto; Pericão, Maria do Rosário - A Formação superior em Ciências Documentais: perspectivas de mudança em Portugal. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1.º, Porto, 1985 -*A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985. vol. 2, pp. 345-362.
- Pinto, Maria Manuela Gomes de Azevedo - A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. In *Formación, investigación y mercado laboral en Información y Documentación en España y Portugal = Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal*. Ed. José António Frías, Crispulo Travieso. Salamanca : Universidad, 2008. ISBN 84-7481-654-9. pp. 91-142.
- Ribeiro, Fernanda - An Integrated perspective for professional education in Libraries, Archives and Museums: a new paradigm, a new training model. *Journal of Education for Library and Information Science*. Chicago. ISSN 0748-5786. 48:2 (Spring 2007) 116-124.
- Ribeiro, Fernanda - Um Modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto. *Cadernos BAD*. Lisboa. ISSN 0007-9421. 1 (2006) 16-27.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento. 2002. 174 p. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). ISBN 972-36-0622-4.

Potencialidades de investigación y docencia...

Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda - A Mudança de paradigma na formação BAD: um modelo formativo para a Ciência da Informação. In Congresso Nacional de Bibliotecários; Arquivistas e Documentalistas, 7.º, Porto, 2001 - *Informação: o desafio do futuro: actas do congresso*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows 98. Lisboa: BAD, 2001.